

Coleção Zero à Esquerda

Coordenadores: Paulo Eduardo Arantes e Iná Camargo Costa

- Desafortunados
David Snow e Leon Anderson
- Desorganizando o consenso
Fernando Haddad (Org.)
- Dicionário de bolso do Almanaque filosófico. Zero à Esquerda
Paulo Eduardo Arantes
- Os direitos do antivalor
Francisco de Oliveira
- Em defesa do socialismo
Fernando Haddad
- Geopolítica do caos
Ignacio Ramonet
- Globalização em questão
Paul Hirst e Grahame Thompson
- A ilusão do desenvolvimento
Giovanni Arrighi
- As metamorfoses da questão social
Robert Castel
- Os moedeiros falsos
José Luís Fiori
- Os novos cães de guarda
Serge Halimi
- Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização
Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.)
- Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global
Equipe de Pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania - NEDIC
- Sinta o drama
Iná Camargo Costa
- Terrenos vulcânicos
Dolf Oehler
- Os últimos combates
Robert Kurz
- Uma utopia militante - Repensando o socialismo
Paul Singer

Conselho editorial da Coleção Zero à Esquerda:

Orlília Beatriz Fiori Arantes
Roberto Schwarz
Modesto Carone
Fernando Haddad
Maria Elisa Cevasco
Ismail Xavier
José Luís Fiori

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Os sentidos da democracia : políticas do dissenso e a hegemonia global / organizado pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania - NEDIC. - Petrópolis, RJ : Vozes ; Brasília : NEDIC, 1999.
Vários autores.

ISBN 85.326.2163-5

1. Cidadania 2. Democracia 3. Direitos Humanos 4. Economia mundial 5. Liberalismo 6. Tecnologia - Aspectos sociais

99-0008

CDD-323.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidadania : Direitos : Ciência política 323.6
2. Direitos da cidadania : Ciência política 323.6

Francisco de Oliveira
Maria Célia Paoli
(Organizadores)

Os sentidos da democracia

Políticas do dissenso e hegemonia global

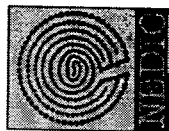
Co-edição

EDITORA
VOZES

Petrópolis

FAPESP

1999



Ideologia neoliberal e universidade*

O que chamamos de neoliberalismo nasceu de um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, entre os quais Popper e Lippman, que, em 1947, reuniu-se em Mont Saint Pélerin, na Suíça, à volta do austríaco Hayek e do norte-americano Milton Friedman. Esse grupo opunha-se encarniçadamente contra o surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo keynesiano e social-democrata e contra a política norte-americana do New Deal. Navegando contra a corrente das décadas de 50 e 60, esse grupo elaborou um detalhado projeto econômico e político no qual atacava o chamado Estado-Providência com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado, afirmando que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos cidadãos e a competição sem as quais não há prosperidade. Essas idéias permaneceram como letra morta até a crise capitalista do início dos anos 70, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e

* Conferência proferida na abertura do seminário: "A Construção Democrática em questão", no dia 22 de abril de 1997, no Anfiteatro de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH-USP.

altas taxas de inflação: a famosa estagflação. O grupo de Hayek, Friedman e Popper passou a ser ouvido com respeito porque oferecia a suposta explicação para a crise: esta, diziam eles, fora causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado. Teriam, dessa maneira, destruído os níveis de lucro requeridos pelas empresas e desencadeado os processos inflacionários incontrolláveis. Feito o diagnóstico, o grupo do Mont Saint Pélerin propôs os remédios: 1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4) um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação; em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização. O modelo foi aplicado, primeiro, no Chile, depois na Inglaterra e nos Estados Unidos, expandindo-se para todo o mundo capitalista (com exceção dos países asiáticos) e, depois da “queda do muro de Berlim”, para o Leste Europeu. Esse modelo político tornou-se responsável pela mudança da forma da acumulação do capital, hoje conhecida como “acumulação flexível” e que não havia sido prevista pelo grupo neoliberal. De fato, este propusera seu pacote de medidas na certeza de que baixaria a taxa de inflação e aumentaria a taxa do crescimento econômico. A primeira aconteceu, mas a segunda não, porque o modelo incentivou a especulação financeira em vez

dos investimentos na produção; o monetarismo superou a indústria. Donde fala-se em “capitalismo pós-industrial”.

Até os meados dos anos 70, a sociedade capitalista era orientada por dois grandes princípios: o princípio keynesiano de intervenção do Estado na economia por meio de investimentos e endividamento para distribuição da renda e promoção do bem-estar social, visando a diminuir as desigualdades; e o princípio fordista de organização industrial baseado no planejamento, na funcionalidade e no longo prazo do trabalho industrial, com a centralização e verticalização das plantas industriais, grandes linhas de montagens concentradas num único espaço, formação de grandes estoques, e orientado pelas idéias de racionalidade e durabilidade dos produtos, e de política salarial e promocional visando a aumentar a capacidade de consumo dos trabalhadores. O que é o capitalismo atual? Estudos esparsos e isolados, enfatizando cada qual um aspecto do capitalismo, ainda não nos permitem conhecê-lo tal como foi conhecido no século XIX e após a Segunda Guerra, pois nem mesmo o grupo fundador do neoliberalismo esperava o que aconteceu. Que sabemos sobre o capitalismo contemporâneo? Se reunirmos diferentes estudos, poderemos obter um quadro apenas aproximativo cujos traços seriam os seguintes:

1. O desemprego tornou-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão. Essa exclusão se faz não só pela introdução da automação, mas também pela velocidade da rotatividade da mão-de-obra que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas. Como consequência, tem-se a perda de poder dos sindicatos e o aumento da pobreza absoluta (na América Latina há 196 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza; estudos da ONU prevêem que haverá, no ano 2000, 312 milhões, se a renda per capita estagnar – serão 59,3% da população da América Latina).

2. O monetarismo e o capital financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando a mais absoluta e fetichizada das mercadorias, o dinheiro (em um dia, a bolsa de valores de N.Y. ou de Londres é capaz de negociar montantes de dinheiros equivalentes ao PIB anual do Brasil ou da Argentina). O poderio do capital financeiro determina, diariamente, as políticas dos vários Estados porque estes, sobretudo os do Terceiro Mundo, dependem da vontade dos bancos e financeiras de transferir periodicamente os recursos para um determinado país, abandonando outro.

3. A terceirização, isto é, o aumento do setor de serviços, tornou-se estrutural, deixando de ser um suplemento à produção visto que, agora, a produção não mais se realiza sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais que concentravam todas as etapas da produção - da aquisição da matéria-prima à distribuição dos produtos -, mas opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro. Como consequência, desaparecem todos os referenciais materiais que permitiam à classe operária perceber-se como classe e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizadas espalhadas pelo planeta.

4. A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Conseqüentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade uma vez que tornaram-se agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação.

5. Diferentemente da forma keynesiana e social-democrata que, desde o pós-Segunda Guerra, havia definido o Estado como agente econômico para regulação do mercado e agente fiscal que emprega a tributação para promover investimentos nas políticas de direitos sociais, agora, o capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que a privatização tanto de empresas quanto de

serviços públicos também tornou-se estrutural. Disso resulta que a idéia de direitos sociais como pressuposto e garantia dos direitos civis ou políticos tende a desaparecer, porque o que era um direito converte-se num serviço privado regulado pelo mercado e, portanto, torna-se uma mercadoria a que têm acesso apenas os que têm poder aquisitivo para adquiri-la.

6. A transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do Estado nacional como enclave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo (colonialismo político-militar, geopolítica de áreas de influência, etc.), de sorte que o centro econômico, jurídico e político planetário encontra-se no FMI e no Banco Mundial. Estes operam com um único dogma, proposto pelo grupo fundador do neoliberalismo, qual seja: estabilidade econômica e corte do déficit público.

7. A distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta, isto é, a polarização de classes aparece como polarização entre a opulência absoluta e a indigência absoluta. Há, em cada país, um "primeiro mundo" (basta ir aos Jardins e ao Morumbi, em São Paulo, para vê-lo) e um "terceiro mundo" (basta ir a Nova York e Londres para vê-lo). A diferença está apenas no número de pessoas que, em cada um deles, pertence a um dos "mundos", em função dos dispositivos sociais e legais de distribuição da renda, garantia de direitos sociais consolidados e da política tributária (o grosso dos impostos não vem do capital, mas do trabalho e do consumo).

Em resumo, desintegração vertical da produção, tecnologias eletrônicas, diminuição dos estoques, velocidade na qualificação e desqualificação da mão-de-obra, aceleração do *turnover* da produção, do comércio e do consumo pelo desenvolvimento das técnicas de informação e distribuição, proliferação do setor de serviços, crescimento da economia informal e paralela, e novos meios para prover os serviços financeiros (desregulação econômica e formação de grandes conglomerados financeiros que formam um único mercado mundial com poder de coordenação financeira).

A este conjunto de condições materiais, precariamente esboçado aqui, corresponde um imaginário social que busca justificar-las (como racionais), legitimá-las (como corretas) e dissimulá-las enquanto formas contemporâneas da exploração e dominação. Esse imaginário social é o neoliberalismo como ideologia e cujo subproduto principal é a ideologia pós-moderna que toma como o ser da realidade a fragmentação econômico-social e a compressão espaço-temporal gerada pelas novas tecnologias e pelo percurso do capital financeiro. A ideologia pós-moderna corresponde a uma forma de vida determinada pela insegurança e violência institucionalizada pelo mercado. Essa forma de vida possui quatro traços principais: 1. A insegurança, que leva a aplicar recursos no mercado de futuros e de seguros; 2. A dispersão, que leva a procurar uma autoridade política forte, com perfil despótico; 3. O medo, que leva ao reforço de antigas instituições, sobretudo a família, e ao retorno das formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião; 4. O sentimento do efêmero e da destruição da memória objetiva dos espaços levando ao reforço de sujeitos subjetivos da memória (diários, biografias, fotografias, objetos). A peculiaridade pós-moderna, isto é, a paixão pelo efêmero e pelas imagens depende de uma mudança sofrida no setor da circulação das mercadorias e do consumo. De fato, as novas tecnologias deram origem a um tipo novo de publicidade e marketing no qual não se vendem e compram mercadorias, mas o símbolo delas, isto é, vendem-se e compram-se imagens que, por serem efêmeras, precisam ser substituídas rapidamente. Dessa maneira, o paradigma do consumo tornou-se o mercado da moda, veloz, efêmero e descartável. Por que é ideologia da nova forma da acumulação do capital, o pós-modernismo relega à condição de mitos eurocêntricos totalitários os conceitos que fundaram e orientaram a modernidade: as idéias de racionalidade, universalidade, o contraponto entre necessidade e contingência, os problemas da relação entre subjetividade e objetividade, a história como dotada de sentido imanente, a diferença entre natureza e cultura, etc. Em seu lugar, a ideologia pós-moderna afirma a fragmentação como modo de

ser do real fazendo da idéia de diferença o núcleo provedor de sentido da realidade; preza a superfície do aparecer social ou as imagens (passa da árvore cartesiana do saber ao rizoma de Deleuze) e sua velocidade espaço-temporal; recusa que a linguagem tenha sentido e interioridade para vê-la como construção, desconstrução e jogo, tomando-a exatamente como o mercado de ações e dinheiros toma o capital; privilegia a subjetividade como intimidade emocional e narcísica elegendo a esquizofrenia como paradigma do subjetivo, isto é, a subjetividade fragmentada e dilacerada. A ideologia pós-moderna realiza três grandes inversões ideológicas: substitui a lógica da produção pela da circulação (donde, nas universidades, a avaliação ser feita pelo número de publicações e não pela qualidade e importância da pesquisa); substitui a lógica do trabalho pela lógica da comunicação (donde a crença do Ministro da Educação de que, sem alterar o processo de formação dos professores do ensino básico e sem alterar seus salários aviltantes, tudo irá bem na educação desde que haja televisões e computadores nas escolas); e substitui a lógica da luta de classes pela lógica da satisfação-insatisfação dos indivíduos no consumo.

Podemos ver essa ideologia operando em toda parte, mas, para o que nos interessa hoje e agora, eu gostaria de ilustrar essa presença da ideologia neoliberal com alguns exemplos ligados à educação. O primeiro exemplo é a matéria publicada pela *Veja São Paulo*, de 12 de março de 1997, a respeito das escolas que mais recebem aprovação nos vestibulares. Quero destacar apenas o modo como a revista descreve essas escolas e explica o sucesso delas: os dados são apresentados em termos de porcentagens sem que se explique qual o parâmetro dos números e por que seriam importantes (o aspecto geral é semelhante ao de dados sobre bolsas de valores); os "bons colégios" são descritos como aqueles que exigem do aluno 2 a 3 horas diárias de trabalho em casa, como se fosse excepcional que o estudante fizesse seus deveres escolares (!); a qualidade da escola é avaliada pelo tamanho (isto é, pelos metros quadrados de área construída e recreativa), pela presença de computadores e videotecas. Nenhuma palavra é dita sobre o con-

teúdo dos cursos, formação de professores e sua remuneração, conteúdo dos livros em bibliotecas, tipo de atividade realizada em laboratórios, etc. Numa palavra, a qualidade propriamente educacional não é mencionada. São mencionados os desempenhos numéricos em exames vestibulares, o preço dos cursos e a forma de seleção de candidatos a vagas nas escolas (sendo clara a discriminação de classe e étnica).

Meu segundo exemplo é retirado de um editorial da FSP, de 5 de março de 1997, e de um artigo de Ivan Valente, também na FSP, em janeiro de 1998. O editorial da FSP intitula-se "País mal-educado" e se inicia declarando que "a má qualidade da rede pública de ensino e os custos da educação privada colocam um pesado ônus financeiro às famílias de renda média". Acrescenta, depois do lapso de referir-se apenas às "famílias de renda média", que essa situação compromete "o avanço social das crianças pobres". Seria de esperar que o editorial prosseguisse explicando as causas da má qualidade do ensino público e dos altos custos da escola privada. Em lugar disso, porém, o editorial prossegue com duas preciosidades neoliberais de primeira água. Seria preciso que o ensino público fosse de boa qualidade (o editorial não diz como isso seria obtido, uma vez que outros editoriais do mesmo jornal não se cansam de afirmar a necessidade de "enxugar os gastos estatais"). Por que seria interessante melhorar a qualidade do ensino público? Resposta: por que "se o ensino gratuito fosse de melhor qualidade, haveria maior competição e, previsivelmente, menores preços da rede particular" – o jornal estabelece, portanto, uma relação mecânica, causal e funcional, entre qualidade do ensino gratuito e qualidade do ensino pago a partir do critério de baixos custos. A essa pérola segue-se outra, esperada. Qual a consequência da atual situação? As universidades públicas, via de regra de melhor qualidade que as particulares, absorvem a clientela rica das escolas privadas de segundo grau e os estudantes pobres ou não fazem universidade ou pagam exorbitâncias nas universidades particulares de baixa qualidade. Como resolver o problema? Resposta: instituindo a universi-

dade pública paga. Nenhuma reflexão é feita sobre as causas estruturais da situação calamitosa do ensino de primeiro e segundo graus, nenhuma reflexão é feita sobre o significado social e político do ensino público gratuito. É dado como óbvio que a lógica do mercado é a solução para os problemas educacionais. O artigo de Ivan Valente é um comentário crítico de uma posição adotada pelo Ministério da Fazenda a quem o Ministério da Educação, significativamente, transferiu a responsabilidade sobre mensalidades e inadimplências nas escolas privadas. O Ministério da Fazenda declarou que o Estado deve desregular a relação entre escolas e pais de alunos porque "a classe média está em condições de enfrentar, por meio da negociação, o conflito com os donos das escolas". Assim, o Ministério da Fazenda e o da Educação consideram que a relação entre escola e pais é puramente mercantil e que deve obedecer às leis do mercado e ser tomada como qualquer outra relação de consumo. Nenhuma reflexão sobre os cartéis formados pelos donos das escolas públicas, nenhuma reflexão sobre o fato de que as famílias são empurradas para as escolas particulares por causa da situação das escolas públicas. Tudo parece se passar como se se tratasse de escolher em qual supermercado ou shopping center serão feitas as compras.

Passo, finalmente, ao meu terceiro e último exemplo, isto é, às discussões de 1995 sobre a qualidade e eficiência das universidades paulistas, discussões travadas durante a greve de professores e funcionários por aumento salarial. Antes de apresentá-lo, queria enfatizar que o que mais me impressionou, naquela ocasião, foi o fato de que os professores não só aceitavam, mas alguns foram responsáveis pela posição dos termos da discussão não no plano acadêmico da docência e da pesquisa, mas no da produtividade, competição e eficiência. E isto já vinha acontecendo, desde o início dos anos 90, quando a maioria dos universitários passou a discutir com paixão e entusiasmo se a publicação de artigos em revistas estrangeiras deveria contar mais pontos do que em revistas nacionais, ou se um artigo deveria valer mais ou menos pontos do que a publicação de um livro. Tanto na USP como no Conselho dos

Reitores das Universidades Brasileiras, de cujo congresso nacional participei em 1993, propus aos colegas que os temas avaliativos fossem inseridos num contexto histórico mais abrangente, tanto do ponto de vista da sociedade brasileira quanto das questões teóricas e práticas colocadas pela nova forma do capitalismo mundial, indo desde a chamada "crise da razão moderna" ou do pós-modernismo, até o modo de inserção da ciência e da tecnologia no coração das forças produtivas. Fiz essa proposta porque me parecia e me parece impossível discutir seriamente a questão da avaliação da universidade sem considerar a tragédia da educação brasileira sob os efeitos do projeto neoliberal que, no caso da universidade, implantou-se justamente através da idéia de avaliação acadêmica segundo critérios que não só perdem de vista a especificidade da universidade, mas sobretudo trabalham a partir da inserção da universidade na sociedade pelo prisma das relações de mercado. No entanto, lendo artigos e acompanhando debates universitários, cheguei à conclusão de que alguns temas haviam-se tornado hegemônicos na mente universitária e nada poderia demover os colegas de operar com eles, seja a favor, seja contra:

1. aceitação da idéia de avaliação universitária sem nenhuma consideração sobre a situação do ensino de primeiro e segundo graus, como se a universidade nada tivesse a ver com eles e nenhuma responsabilidade lhe coubesse na situação em que se encontram;

2. aceitação da avaliação acadêmica pelo critério da titulação e das publicações, com total descaso pela docência, critério usado pelas universidades privadas norte-americanas nas quais a luta pelos cargos e pela efetivação é feita a partir dos critérios quantitativos da produção publicada e pela origem do título de PHD;

3. aceitação do critério de distribuição dos recursos públicos para pesquisa a partir da idéia de "linhas de pesquisa", critério que faz sentido para as áreas que operam com grandes laboratórios e com grandes equipes de pesquisadores, mas que não faz nenhum sentido nas áreas de humanidades e nos campos de pesquisa teórica fundamental;

4. aceitação da idéia de modernização racionalizadora pela privatização e terceirização da atividade universitária, a universidade participando da economia e da sociedade como prestadora de serviços às empresas privadas, com total descaso pela pesquisa fundamental e de longo prazo.

Seja para opor-se, seja para defender essas idéias, o campo da discussão estava predeterminado e predefinido pela ideologia neoliberal e pela alienação que ela acarreta. Não foi surpreendente, quando a greve das universidades paulistas eclodiu, que os grevistas se sentissem completamente desarmados para defender-se dos ataques que lhes foram desferidos pelas direções universitárias, por jornalistas e empresários. De fato, a greve das universidades paulistas suscitou polémicas em torno de números, índices, recursos e custos. Jornalistas, universitários e empresários ocuparam diferentes páginas dos jornais para denunciar o descaso do poder público brasileiro com a educação fundamental, drenando os recursos para as universidades nas quais imperam o elitismo da clientela e o mal gerenciamento dos recursos universitários. Para provar o que diziam, trouxeram quadros comparativos para medir a diferença entre a eficiência de universidades privadas estrangeiras e as universidades públicas brasileiras.

Todos os artigos publicados eram vítimas de estranha amnésia, pois esqueciam que, durante a ditadura, a classe dominante, sob o pretexto de combate à subversão, mas, realmente, para servir aos interesses de uma de suas parcelas (os proprietários das escolas privadas), praticamente destruiu a escola pública de primeiro e segundo graus. Por que pôde fazê-lo? Porque, neste país, educação é considerada privilégio e não um direito dos cidadãos. Como o fez? Cassando seus melhores professores, abolindo a Escola Normal na formação dos professores do primeiro grau, inventando a Licenciatura Curta, alterando as grades curriculares, inventando os cursos profissionalizantes irrealis, estabelecendo uma política do livro baseada no descartável e nos testes de múltipla escolha e, evidentemente, retirando recursos para manutenção e ampliação das escolas e, sobretudo, aviltando de maneira escandalosa

os salários dos professores. Que pretendia a classe dominante ao desmontar um patrimônio público de alta qualidade? Que a escola de primeiro e segundo graus ficasse reduzida à tarefa de alfabetizar e treinar mão-de-obra barata para o mercado de trabalho. Isso que o editorial da FSP chama de "avanço social" das crianças pobres.

Feita a proeza, a classe dominante aguardou o resultado esperado: os alunos do primeiro e segundo graus das escolas públicas, quando conseguem ir até o final desse ciclo, porque por suposto estariam "naturalmente" destinados à entrada imediata no mercado de trabalho, não devem dispor de condições para enfrentar os vestibulares das universidades públicas, pois não estão destinados a elas. A maioria deles é forçada ou a desistir da formação universitária ou a fazê-la em universidades particulares que, para lucrar com sua vinda, oferecem um ensino de baixíssima qualidade. Em contrapartida, os filhos da alta classe média e da burguesia, formados nas boas escolas particulares, tornam-se a principal clientela da universidade pública gratuita. E, agora, temos que ouvir dessa mesma classe dominante pontificar sobre como baixar custos e "democratizar" essa universidade pública deformada e distorcida que nos impuseram goela abaixo. Que é proposto como remédio? Para "baixar os custos", privatizar a universidade pública, baixar o nível da graduação e realizar, para a universidade, como versão-90, o que foi feito para o primeiro e o segundo graus na versão-70.

Ora, esse discurso encontra eco na universidade porque ela absorveu a ideologia liberal. É possível perceber essa absorção não apenas, como já disse, pelo teor das pautas de discussão, mas também no nível de uma institucionalidade informal que se sobrepõe à institucionalidade legal da universidade. Um exemplo pode esclarecer o que digo. De fato há, hoje, na Universidade de São Paulo, três tipos de escola que não correspondem à divisão institucional da universidade em institutos e faculdades, mas ao modo como a atividade universitária é pensada e exercida, os três tipos podendo existir e coexistir em qualquer dos institutos e faculdades: 1. a que dá prestígio cur-

ricular ao docente; 2. a que oferece complementação salarial ao docente e pesquisador; 3. a universidade pública.

A escola do prestígio curricular é aquela na qual o docente não é pesquisador nem a ela se dedica em tempo integral, mas ali leciona em tempo parcial algumas horas por semana. Embora a verdadeira profissão seja exercida noutra local (consultório, escritório particular, empresas privadas), o profissional tem interesse em apresentar-se com o currículo de professor da USP porque este vale clientes ricos ou um bom cargo na firma.

A escola de complementação salarial é aquela em que as pesquisas são financiadas por empresas e organismos privados que subsidiaram a montagem e manutenção de laboratórios, bibliotecas e equipamentos, congressos e simpósios nacionais e internacionais, publicações, viagens e cursos no estrangeiro. Como os recursos estão vinculados a institutos e departamentos numa relação autônoma com os órgãos financiadores, os orçamentos, finalidades e resultados dos trabalhos não são públicos, no duplo sentido do termo, isto é, não têm origem pública e não são publicizados, e os financiadores fazem uso privado dos resultados. Este tipo de escola é visto (dentro e fora da USP) como modelo de modernidade porque desincumbem o poder público da responsabilidade com os custos da pesquisa e recebe o nome de "cooperação entre a universidade e a sociedade civil". Nela consagra-se a idéia de que a universidade é essencialmente prestadora de serviços, sendo por isso "produtiva". É o tipo acabado da universidade "moderna" do Terceiro Mundo, uma vez que os grandes e verdadeiros financiamentos privados para pesquisas fundamentais e de ponta são destinados às universidades e institutos do Primeiro Mundo.

A terceira escola é a universidade pública propriamente dita. Nela, os docentes dedicam-se ao ensino e à pesquisa em tempo integral, dependem inteiramente dos recursos públicos (nos dois sentidos do termo: os orçamentos e os resultados são públicos e publicizados) e destinam a totalidade de seus trabalhos à sociedade, seja formando profissionais de várias áreas, seja formando novos professores, seja publicando suas pesquisas e as de seus estudantes, seja realizando atividades de

extensão universitária para profissionais de várias áreas e para atualização de professores de primeiro e segundo graus, seja realizando pesquisas ou participando na formulação e supervisão de projetos e programas sociais para os governos. Esta terceira escola é aquela que mantém um vínculo interno entre docência e pesquisa, portanto, entre formação e criação, conhecimento e pensamento. Nela, realizam-se as pesquisas fundamentais, ou seja, as de longo prazo, independentes, que acarretam aumento de saber, mudanças no pensamento, descobertas de novos objetos de conhecimento e novos campos de investigação, reflexões críticas sobre a ciência, as humanidades e as artes, e compreensão-interpretação das realidades históricas.

Esse fenômeno uspiano não é senão a absorção acrítica do modelo neoliberal para a universidade. Sua data de nascimento foi a instalação de fundações privadas no interior da universidade; no batismo, recebeu o nome de "modernização pela ampliação de recursos externos"; foi crismada com a "avaliação do desempenho e produtividade universitários"; e hoje recebe a extrema-unição com a criação do PRONEX.

Significa isto que, recusando a ideologia neoliberal, recusamos a avaliação de uma instituição pública? De modo algum. A avaliação das atividades universitárias é necessária e indispensável: 1. para orientar a política universitária do ponto de vista de um saber da universidade sobre si mesma, de seu modo de inserção na sociedade e significado de seu trabalho, e para reorientação de programas e projetos; 2. para orientar a análise técnica dos problemas operacionais e financeiros, suprir carências, atender demandas, quebrar bolsões de privilégios e de inoperância; 3. para a prestação de contas devida aos cidadãos. Ora, a "avaliação" que vem sendo realizada nas universidades não cumpre nenhuma dessas três finalidades porque, paradoxalmente, a universidade, centro de investigação onde tudo quanto existe deve transformar-se em objeto de conhecimento, tem sido incapaz de colocar-se a si mesma como objeto de saber, criando métodos próprios que permitam elaborar técnicas específicas de auto-avaliação. Resultado: vem aplicando, de modo acrítico e desastrado, os critérios usados pelas em-

presas, imitando - e muito mal - procedimentos ligados à lógica do mercado (compreensivelmente, a lógica necessária para as empresas), portanto, uma aberração científica e intelectual, quando aplicados à docência e à pesquisa.

Conseqüentemente: 1. empregando critérios que visam à homogeneidade, a avaliação despoja a universidade de sua especificidade, isto é, a diversidade e pluralidade de suas atividades, determinadas pela natureza própria dos objetos de pesquisa e de ensino, regidos por lógicas específicas, temporalidades e finalidades diferentes; 2. nada é conseguido como autoconhecimento da instituição, mas apenas um catálogo de atividades e publicações (acompanhadas de inexplicados conceitos classificatórios) que, absurdamente, passa a orientar a alocação de recursos; 3. a prestação de contas à sociedade não se cumpre porque tanto orçamentos quanto execuções orçamentárias são apresentados com os números agregados, sem explicitação de critérios, prioridades, objetivos e finalidades e sem explicitar os convênios privados.

Na verdade, uma avaliação universitária deveria partir de algumas reflexões indispensáveis. Por exemplo, do ponto de vista econômico, uma reflexão sobre o sentido e os efeitos da terceirização da economia (que produz a universidade de serviços), sobre a ciência e a tecnologia como forças produtivas (que amarram a pesquisa ao mercado), sobre a velocidade das informações e de suas mudanças (que desqualifica rapidamente o conhecimento e impõe à educação um ritmo contrário à idéia de formação), o desemprego estrutural (que destrói direitos ao lançar parcelas crescentes da sociedade no estado de pura carência) e a inflação estrutural (que corrói salários e lança os universitários na batalha perdida da luta salarial). Do ponto de vista político, uma reflexão sobre as conseqüências da ideologia neoliberal, isto é, o encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado, com a supressão dos direitos por privilégios (do lado da "elite") e por carências (do lado popular), aniquilando a cidadania. Do ponto de vista teórico, uma reflexão sobre a chamada "crise da razão", que leva à recusa das categorias que fundaram e organizaram o

saber científico e filosófico modernos (objetividade, racionalidade, necessidade, causalidade, contingência, universalidade, finalidade, liberdade, etc.), lançando o saber seja no irracionalismo "pós-moderno", seja no imediatismo quantitativo da "produtividade", seja no fetichismo da circulação veloz de informações efêmeras.

Passando ao largo de uma compreensão científico-filosófica e político-cultural dessas questões, absorvendo passivamente os ares do tempo, a universidade alegremente imagina-se vivendo no compasso da "modernização" que deverá tornar obsoleta e descartável a universidade pública que ainda resiste em seu interior. O resultado imediato e mais visível dessa passividade (satisfeita, em uns, e infeliz, em outros) aparece na maneira como a polarização universitária se exprime atualmente: produtividade e competitividade, eis o discurso das cúpulas universitárias; defesa da categoria e dos salários, eis o discurso das associações e sindicatos universitários.

Em suma, a "avaliação" da universidade tem deixado na sombra pelo menos dois aspectos sem os quais, penso eu, não há avaliação possível: por um lado, a universalidade como instituição que é constitutiva da sociedade e não algo que está simplesmente inserido nessa sociedade; por outro, a mudança sofrida pelo estatuto das ciências e técnicas. Em outras palavras, tem sido deixado de lado que a universalidade é uma instituição social e política, que sua existência é determinada pela sociedade e determina idéias e práticas da sociedade, e que, portanto, não se trata de indagar "como inserir a universidade na sociedade?", pois essa pergunta pressupõe que a universalidade possa ter alguma realidade extra-social e política.

Se nos voltarmos para o primeiro aspecto, teremos que considerar os traços que desenharam o perfil da sociedade brasileira e que poderiam ser, muito grosseiramente, assim resumidos:

1. Relações sociais hierárquicas ou verticais, nas quais os sujeitos sociais se distribuem como superiores mandantes competentes e inferiores obedientes incompetentes; não opera, portanto, o princípio da igualdade formal-jurídica nem o da

igualdade social real. Imperam as discriminações sociais, étnicas, de gênero, religiosas e culturais.

2. Relações sociais e políticas fundadas em contactos pessoais, sem a mediação das instituições sociais e políticas, de modo que estão estabelecidos como paradigmas da relação sócio-política o favor, a clientela e a tutela; não operam, portanto, as formas de representação e participação nas decisões concernentes à coletividade, mas formas variadas de paternalismo, populismo e mandonismos locais e regionais. Inexistem o princípio da liberdade e o da responsabilidade. Imperam poderes oligárquicos.

3. As desigualdades econômicas e sociais alcançam patamares extremos, não só porque 92% do PIB concentram-se nas mãos de 2% de indivíduos e grupos, enquanto 8% do PIB se distribuem para os 98% restantes da população, mas também porque a forma contemporânea do capitalismo e da política liberal, operando com o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado, com o desemprego estrutural e a exclusão sócio-política polarizam a sociedade brasileira entre a carência e o privilégio. Ora, uma carência é sempre particular e específica, não conseguindo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito, e um privilégio, por definição, é sempre específico e particular, não podendo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito sem deixar de ser privilégio. Na medida em que prevalecem carências e privilégios e os direitos não conseguem instituir-se, inexistem condições para a cidadania e para a democracia que, como vimos, tornaram-se inseparáveis da ética.

4. Na medida em que não operam os princípios da igualdade, da liberdade, da responsabilidade, da representação e da participação, nem o da justiça e o dos direitos, a lei não funciona como lei, isto é, não institui um pólo de generalidade e universalidade social e política no qual a sociedade se reconheça. A lei opera como repressão, do lado dos carentes, e como conservação de privilégios, do lado dos dominantes. Por não ser reconhecida como expressão de uma vontade social,

a lei é percebida como inútil, inócua, incompreensível podendo ou devendo ser transgredida, em vez de ser transformada. Torna-se espaço privilegiado para a corrupção.

Esses quatro traços indicam o evidente: a sociedade brasileira é violenta, sua violência tendendo a aumentar com o avanço neoliberal que fortifica carências e privilégios.

Como a universidade se mostra parte integrante e constitutiva desse tecido social oligárquico, autoritário e violento?

1. Com relação ao corpo docente: a universidade pública tem aceitado passivamente a destruição do ensino público de primeiro e segundo graus, a privatização desse ensino, o aumento das desigualdades educacionais e um sistema que reforça privilégios porque coloca o ensino superior público a serviço das classes e grupos mais abastados, cujos filhos são formados na rede privada no primeiro e segundo graus. Para agravar ainda mais esse quadro, alguns propõem "democratizar" a universidade pública fazendo-a pagar, ainda que só devam pagar os "mais ricos". Procura-se remediar um problema destruindo o princípio ético-democrático do direito à educação.

2. Com relação ao corpo docente: na medida em que a economia opera com o desemprego e a inflação estruturais, ao mesmo tempo em que fragmenta e dispersa todas as esferas da produção, os trabalhadores industriais e dos serviços, tendo perdido suas referências de classe e de luta, tendem à luta sob a forma corporativa de defesa das categorias profissionais. O corpo docente universitário tende, por sua vez, a imitar os procedimentos de organização e luta dos trabalhadores industriais e dos serviços, assumindo também a organização e a luta corporativas por empregos, cargos e salários. Ao fazê-lo, deixam as questões relativas à docência, à pesquisa, aos financiamentos e à avaliação universitária nas mãos das direções universitárias, perdendo de vista o verdadeiro lugar da batalha.

3. Com relação à docência: os universitários tendem cada vez mais a aceitar a separação entre docência e pesquisa, aceitando que os títulos universitários funcionem como graus hierárquicos de separação entre graduação e pós-graduação, em lugar de pensá-las integradamente. Além disso, e como con-

seqüência, aceitam a decisão das direções universitárias de reduzir a graduação à escolarização – número absurdo de horas-aula, desconhecimento, por parte de estudantes e docentes, de línguas estrangeiras, miséria bibliográfica e informativa, ausência de trabalhos de laboratório e de pequenas pesquisas de campo, etc. –, isto é, a redução da graduação a um segundo grau avançado para a formação rápida e barata de mão-de-obra com diploma universitário. Em contrapartida, aceitam que a pós-graduação seja o funil seletivo de docentes e estudantes, aos quais é reservada a verdadeira formação universitária.

4. Com relação às universidades federais: de um lado, aceitação acrítica do modo como foram criadas para servir aos interesses e prestígio de oligarquias locais que as transformaram em cabides de empregos para clientes e parentes, não lhes dando condições materiais – bibliotecas, laboratórios, sistema de bolsas e de auxílios – para funcionarem como verdadeiras universidades; de outro lado, desconsideração, por parte do Poder Executivo, das lutas das universidades federais para superar essa origem e se transformar em universidades propriamente ditas. Essa mescla de aceitação e combate, que perpassa as universidades federais, vem desgastando o corpo docente e discente, desgaste reforçado pela atitude do Estado que tende a reduzir os docentes à luta por cargos, salários e carreiras baseadas no tempo de serviço, em vez de baseadas na formação, pesquisa e apresentação de trabalhos relevantes para a ciência e as humanidades.

5. Com relação aos financiamentos das pesquisas: tendência à aceitação acrítica da privatização das pesquisas, perdendo de vista o papel público do trabalho de investigação. A aceitação dos financiamentos privados produz os seguintes efeitos principais: a) perda da autonomia ou liberdade universitárias para definir prioridades, conteúdos, formas, prazos e utilização das pesquisas, que se tornam inteiramente heterônomas; b) aceitação de que o Estado seja desincumbido da responsabilidade pela pesquisa nas instituições públicas; c) aceitação dos financiamentos privados como complementação salarial e fornecimento de infra-estrutura para os trabalhos de inves-

tigação, privatizando a universidade pública; d) desprestígio crescente das Humanidades, uma vez que sua produção não pode ser imediatamente inserida nas forças produtivas, como os resultados das ciências; e) aceitação da condição terceiro-mundista para a pesquisa científica, uma vez que os verdadeiros financiamentos para pesquisas de longo prazo e a fundo perdido são feitos no Primeiro Mundo. Com relação aos órgãos públicos de financiamento, como CAPES, CNPq ou FINEP, sabe-se que a burocracia destes órgãos absorve a maior parte dos recursos em sua própria auto-reprodução; há fragmentação dos financiamentos, sem clareza quanto aos objetivos e às prioridades, não há uma política para financiar e manter bibliotecas e laboratórios, para aquisição contínua e sistemática de materiais e instrumentos de precisão, nem para acompanhar, no longo prazo, grupos e centros universitários de pesquisa. Em contrapartida, a criação do PRONEX, que oferece recursos para a infra-estrutura de pesquisa e a continuidade dos trabalhos, visa a desmantelar a pesquisa universitária propriamente dita, uma vez que os "centros de excelência" ou "grupos de excelência" passam ao largo da instituição universitária enquanto tal, existindo como existem, no mercado, as microempresas e franquias.

6. Com relação à administração universitária ou ao corpo de funcionários: impera a ausência de carreiras definidas, cursos públicos transparentes, clareza de funções. Não há programas de formação e atualização dos funcionários. Não há atualização dos procedimentos do trabalho administrativo, mesmo porque isto significaria quebrar por dentro a burocracia. Ora, a burocracia não é uma mera forma de administrar, mas é uma formação social e um tipo de poder cujos fundamentos são: a hierarquia dos cargos e funções, o segredo do cargo e a rotina dos serviços. Esses três fundamentos são claramente antidemocráticos, uma vez que a democracia recusa a hierarquia, pelo princípio da igualdade e do mérito, recusa o segredo em nome do direito à informação e afasta a rotina porque é a ação social contínua de criação de direitos e expressão legítima de conflitos.

Percebemos, assim, que as universidades públicas estão institucionalizadas de maneira a reproduzir todos os traços da sociedade brasileira:

- reforço da catênia e do privilégio, no caso do corpo docente; portanto, inexistência do princípio democrático da igualdade e da justiça;
- reforço da perda de identidade e de autonomia, no caso do corpo docente; portanto, ausência do princípio democrático da liberdade;
- reforço de privilégios e desigualdades, no caso do corpo docente, dividido hierarquicamente em professores e pesquisadores, reforço aumentado com a criação do PRONEX, com desprezo pelo princípio democrático da ação comunicativa entre parceiros racionais, iguais e livres;
- reforço dos privilégios e da heteronomia, no caso dos financiamentos privados às pesquisas e, portanto, presença da mentalidade conservadora que não espera do pensamento a transcendência que lhe permite ultrapassar uma situação dada numa situação nova, a partir da noção de possibilidade objetiva; o possível fica reduzido ao provável e este, às condições imediatamente dadas;
- reforço do poder burocrático e da perda da idéia de serviço público aos cidadãos, no caso do corpo administrativo; portanto, do princípio democrático da responsabilidade pública, do direito do cidadão à informação e da visibilidade administrativa;
- reforço da submissão aos padrões neoliberais que subordinam os conhecimentos à lógica do mercado e, portanto, ausência do princípio democrático da autonomia e da liberdade, de um lado, e da responsabilidade, de outro, uma vez que a utilização dos resultados científicos não é determinada nem pelos pesquisadores nem pelo poder público;
- reforço da privatização do que é público, na medida em que as universidades públicas formam os pesquisadores com os recursos trazidos pela sociedade, mas os financiadores usam os pesquisadores para fins privados; por-

tanto, ausência do princípio republicano da distinção entre o público e o privado e do princípio democrático que distingue os direitos e os interesses;

- reforço da submissão à ideologia pós-moderna, que subordina as pesquisas ao mercado veloz da moda e do descartável e, portanto, abandono do princípio ético da racionalidade consciente e o princípio político da responsabilidade social;

- reforço dos padrões autoritários, oligárquicos e violentos da sociedade brasileira pela ausência de controle interno da universidade por ela mesma e pela ausência de verdadeira prestação de contas das atividades universitárias à sociedade, portanto, abandono do princípio democrático da informação dos e aos cidadãos.

O neoliberalismo, ao afirmar que os imperativos do mercado são racionais e que, por si mesmos, são capazes de organizar a vida econômica, social e política introduz a idéia de competição e competitividade como solo intransponível das relações sociais, políticas e individuais. Desta maneira, transforma a violência econômica em paradigma e ideal da ação humana. O célebre "vencer e vencer" de Fernando Collor. O pós-modernismo, subproduto da ideologia neoliberal, ao afirmar que as antigas idéias de razão, universalidade, consciência, liberdade, sentido da história, luta de classes, justiça, responsabilidade e que as distinções entre natureza e cultura, público e privado, ciência e técnica, subjetividade e objetividade perderam a validade, passa a afirmar como realidades únicas e últimas a superfície veloz do aparecer social, a intimidade e a privacidade narcísicas, expostas publicamente sob a forma da propaganda e da publicidade, a competição e a vitória individual a qualquer preço.

O neoliberalismo, fragmentando e dispersando a esfera da produção, por meio da terceirização, usando a velocidade das mudanças científicas, tecnológicas e dos meios de informação, operando com o desemprego e a inflação estruturais, fez com que o capital passasse a acumular-se de modo oposto à sua forma clássica, isto é, não por absorção e incorporação cres-

cente dos indivíduos e grupos ao mercado de trabalho e do consumo, mas por meio da exclusão crescente da maioria da sociedade, polarizando-a em dois grandes blocos: o da carência absoluta e o do privilégio absoluto. O pós-modernismo, aceitando os efeitos do neoliberalismo, tomou-os como verdade única e última, renunciou aos conceitos modernos de racionalidade, liberdade, felicidade, justiça e utopia, mergulhando no instante presente como tempo único e último.

A este quadro é preciso acrescentar um aspecto que nos diz diretamente respeito: as mudanças nas ciências e nas tecnologias.

A ciência antiga definia-se como teoria, isto é, para usarmos a expressão de Aristóteles, estudava aquela realidade que independe de toda ação e intervenção humanas. A ciência moderna, ao contrário, afirmou que a teoria tinha como finalidade abrir o caminho para que os humanos se tornassem senhores da realidade natural e social. Todavia, a ciência moderna ainda acreditava que a realidade existia em si mesma, separada do sujeito do conhecimento e que este apenas podia descrevê-la por meio de leis e agir sobre ela por meio das técnicas. A ciência contemporânea, porém, acredita que não contempla nem descreve realidades, mas as constrói intelectual e experimentalmente nos laboratórios. Essa visão pós-moderna da ciência como *engenharía* e não como conhecimento, desprezando a opacidade do real e as difíceis condições para instituir as relações entre o subjetivo e o objetivo, leva à ilusão de que os humanos realizariam, hoje, o sonho dos magos da Renascença, isto é, serem deuses porque capazes de criar a própria realidade e, agora, a própria vida.

A essa mudança do estatuto da ciência corresponde a mudança do estatuto da técnica. Para a ciência antiga, teoria e técnica nada possuíam em comum, a técnica sendo uma arte para encontrar soluções para problemas práticos sem qualquer relação com a ciência. A ciência moderna modificou a natureza dos objetos técnicos porque os transformou em objetos tecnológicos, isto é, em ciência materializada, de tal maneira que a teoria cria objetos técnicos e estes agem sobre os conhecimentos-

tos teóricos. A ciência contemporânea foi além ao transformar os objetos técnicos em autômatos, portanto, num sistema de objetos auto-referidos, auto-regulados e dotados de lógica própria, capazes de intervir não só sobre teorias e práticas, mas sobre a organização social e política. Como sabemos, a ciência e a técnica contemporâneas tornaram-se forças produtivas e trouxeram um crescimento brutal do poderio humano sobre o todo da realidade que, afinal, é construída pelos próprios homens. As tecnologias biológicas, nucleares, cibernéticas e de informação revelam a capacidade humana para um controle total sobre a natureza, a sociedade e a cultura, não sendo casual as expressões *engenharia genética*, *engenharia política*, *engenharia social*. Controle que, não sendo puramente intelectual, mas determinado pelos poderes econômicos e políticos, pode ameaçar todo o planeta.

Ora, filósofos e cientistas antigos e modernos haviam apontado nos conhecimentos como fontes liberadoras para os seres humanos: seriam liberados do medo e da superstição, das carências impostas por uma natureza hostil, e sobretudo do medo da morte, graças aos avanços das ciências, das técnicas e de uma política capaz de deter as guerras. A ciência e a tecnologia contemporâneas, submetidas à lógica neoliberal e à ideologia pós-moderna, parecem haver-se tornado o contrário do que delas se esperava: em lugar de fonte de conhecimento contra as superstições, criaram a ciência e a tecnologia como novos mitos e magias; em lugar de fonte liberadora das carências naturais e cerceamento de guerras, tornaram-se, através do complexo industrial-militar, causas de carências e genocídios. Surgem como poderes desconhecidos, incontroláveis, geradores de medo e de violência, negando a possibilidade da ação ética como racionalidade consciente, voluntária, livre e responsável, sobretudo porque operam sob a forma do segredo (o controle das informações como segredos de Estado e dos oligopólios transnacionais) e da desinformação propiciada pelos meios de comunicação de massa.

Se a ética está referida à recusa da violência, à idéia de intersubjetividade consciente e responsável, à idéia da igual-

dade e da justiça, à idéia da liberdade como criação do possível no tempo, e se a democracia se institui como invenção, reconhecimento e garantia de direitos, baseados nos princípios da igualdade e da diferença, e se a forma contemporânea do capitalismo e da ideologia são contrários aos valores e normas que constituem o campo ético, creio que nossa primeira tarefa, enquanto universitários, é o combate lúcido ao que impede a democracia e a ética democrática na sociedade contemporânea.

Não tenho vocação apocalíptica. Esse quadro não pretende ser o retrato de uma realidade inelutável como um destino cego contra o qual nada se possa fazer. O que quis enfatizar é que, se não lutarmos contra o neoliberalismo, nossas tentativas para reconstruir a escola pública nos seus três graus estará prometida ao fracasso. O neoliberalismo não é uma lei natural nem uma fatalidade cósmica nem muito menos o fim da história. Ele é a ideologia de uma forma histórica particular assumida pela acumulação do capital, portanto, algo que os homens fazem em condições determinadas, ainda que não o saibam e que podem deixar de fazer se, tomando consciência delas, decidirem organizar-se contra elas. Walter Benjamin escreveu que era preciso narrar a história a contrapelo, narrando-a do ponto de vista dos vencidos porque a história dos vencedores é a barbárie. Temos, simplesmente, de ter a coragem de ficar na contracorrente e a contrapelo da vaga vitoriosa do neoliberalismo. Afinal, como dissera La Boétie, só há tirania onde houver servidão voluntária.

Muito obrigada